



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

TERMO DE REFERÊNCIA (TR) Nº 2/2023 - PRES/DG/SAOFC/ASLIC

Elabora-se o presente Termo de Referência, com base nos termos do art. 6º, XXIII, da Lei nº 14.133/21 e art. 15 da Instrução Normativa nº 09/2022 – TRE-RO, tendo em vista a necessidade de contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviço de assinatura anual de acesso ao sistema "**SOLLICITA**".

1.0. OBJETO:

1.1. Definição:

Contratação da pessoa jurídica EDITORA NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL, CNPJ 06.132.270/0001-32, para prestação de serviço de **1 (uma)** assinatura de acesso ao sistema "**SOLLICITA**", pelo período de 12 (doze) meses, conforme proposta da empresa ([1014801](#)).

1.2. Detalhamento dos bens e serviços que compõem a solução:

- I - Pesquisa sistematizada em jurisprudência, pareceres e questões;
- II - Banco de editais e auxílio da elaboração;
- III - Orientações e pareceres em temas de licitações e contratos, limitado a 12 (doze) consultas no período contratado.
- IV - Capacitação continuada por meio de vídeos de eventos promovidos pela empresa;
- V - Contador de prazos para licitações em andamento;
- VI - Analisador de balanços para certames;
- VII - Busca de fornecedores;
- VIII - Banco de penalidades de pessoas jurídicas;
- IX - Agenda eletrônica para organização de compromissos;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

X - Acesso aos periódicos “LICICON”, “NEGÓCIOS PÚBLICOS”, “O PREGOEIRO” e “GOVERNANÇA PÚBLICA”;

XI - Notícias de atualidades, doutrinas e jurisprudência sobre licitações e contratos;

1.3. Demais regras das condições e especificações da solução:

Acesso

- Via Internet no site www.sollicita.com.br .
- Acesso autenticado *login/senha*.
- *Login/senha* de uso exclusivo não compartilhado com outras entidades públicas/ privadas.
- Quantidade ilimitada de usuários-padrão.

2.0. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A demanda está prevista no Plano Anual de Contratações de 2023 do TRE-RO, conforme evento [0903526](#).

3.0. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

É fato público e notório que a legislação, a doutrina e a jurisprudência em licitações e contratos têm sofrido constantes modificações, exigindo dos administradores públicos constante acompanhamento, atualização e capacitação no tema, **em especial a recente publicação e entrada em vigor nova lei de licitações e contratos, a Lei 14.133/2021.**

Por outro lado, os valores para informar e capacitar todos os servidores ao mesmo tempo torna-se muito dispendioso, ainda mais no atual cenário de pandemia e de contenção de despesas.

Nesse contexto, é oportuna a utilização de uma ferramenta sem par no mercado, que auxilia a Administração Pública na tomada de decisões na área de licitações e contratos, por meio de um sistema repleto de informações relativas ao tema, reunindo informações da jurisprudência, da doutrina e da prática administrativa, além de capacitações, periódicos e estudos.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Dentre as funcionalidades citadas no item 2 deste TR, destacam-se como importante auxílio nas atividades da ASLIC:

I) **PESQUISA SISTEMATIZADA:** Essa ferramenta possibilita à ASLIC consultar diretamente no banco de dados do sistemas como a doutrina e a jurisprudência têm se comportado sobre determinado assunto. Basta digitar o temos na barra de pesquisa que o sistema retorna com as informações. Tal recurso propicia ao pregoeiro agilidade, visto que atualmente a consulta é feita buscando os temas em diversos sites, quando a ferramenta possibilita a reunião dessas informações em um único banco de dados.

II) **SOLLICITA ORIENTAÇÃO:** Essa ferramenta possibilitará à ASLIC consultar diretamente ao corpo técnico da empresa **NEGÓCIOS PÚBLICOS** sobre temas em licitações e contratos, podendo solicitar respostas objetivas ou pareceres. Evidentemente que tal ferramenta não retira a necessidade de parecer jurídico do corpo técnico deste Tribunal, até por razões de competência legal, mas certamente auxilia na melhor instrução de processos administrativos, reduzindo o número de diligências e retificações.

III) **SOLLICITA PERIÓDICOS:** Essa ferramenta possibilitará acesso aos periódicos **LICICON**, **NEGÓCIOS PÚBLICOS**, **O PREGOEIRO** e **GOVENANÇA PÚBLICA**, que são voltados ao gestores e operadores da área de logística de aquisições e contratações.

IV) **CAPACITAÇÃO CONTINUADA:** Essa ferramenta possibilitará à ASLIC acesso permanente e ilimitado aos vídeos produzidos nos eventos de treinamento e capacitação realizados pela empresa. A ferramenta não substitui a participação nos eventos, visto que não possibilita a apresentação de questionamento aos instrutores, não disponibiliza o material do curso e não certifica a participação. Todavia, o acesso aos vídeos produzidos nos eventos contribui, em muito, para a difusão do conhecimento produzido nos eventos, além de propiciar informações que podem ser muito importantes na tomada de decisões, além de capacitar os servidores de forma contínua, pois permite acesso ilimitado ao conteúdo.

V) **NOTÍCIAS SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATOS:** Indicustivelmente vai ao encontro da necessidade dos servidores da ASLIC em manterem-se informados sobre o tema.

Os apontamentos acima demonstram importância dessas ferramentas, sem desmerecer as outras ferramentas ofertadas e indicadas no item 1.2 que, mesmo em menor grau, mas tomadas em conjunto, podem colaborar bastante nas atividades realizada pela ASLIC.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Atualmente este Tribunal já possui contratado de um acesso ao sistema em questão. Esse acesso tem sido utilizado pela ASLIC, dada a sua atividade rotineira de realizar certames licitatórios. A ferramenta tem se mostrado muito útil aos Pregoeiros, dada a diversidade de informações sobre o tema, o que tem contribuído para a melhoria das atividades e, conseqüentemente, acaba refletindo em outras unidades do Tribunal.

O contrato atual expira em 27/08/2023 (proc. adm. 0001625-41.2022.6.22.8000), razão pela qual apresentamos este Termo de Referência, a fim de se evitar a descontinuidade do serviço.

O objeto ora solicita vai ao encontro das necessidades de informação, pesquisa e capacitação continuada dos servidores da ASLIC e outras unidades que lidam com o tema LICITAÇÕES e CONTRATOS.

4.0. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Trata-se de assinatura com múltiplos acessos ao sistema **SOLICITA**, conforme detalhado no item 1.0 deste Termo de Referência.

O acesso se dá de forma on-line, via internet.

Não há necessidade de previsão de garantia ou de manutenção, bastando a simples liberação de acesso e a disponibilização do sistema.

5.0. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

O objeto é simples. Os elementos constantes na especificação do objeto, nas obrigações da contratada e na proposta mostram-se suficientes.

6.0. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

A assinatura de acesso eletrônico a banco de dados não se mostra uma atividade poluidora e, em razão disso, não requer a estipulação de critérios de sustentabilidade. Todavia, diante do compromisso do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia em observar práticas de sustentabilidade em suas contratações, opta-se pela elaboração e registro de documentos, em regra, no formato digital, podendo haver, excepcionalmente, a exigência de apresentação no formato físico apenas em caso de comprovada necessidade, diante da análise do caso concreto, mediante justificativa.

7.0. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A simplicidade do objeto requer apenas:

I - Liberação dos acessos contratados;

II - Disponibilização do sistema via internet, de forma ininterrupta, salvo em caso de eventual manutenção previamente informada.

III - Disponibilização do serviço por 12 (doze) meses consecutivos.

8.0. VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor total da contratação é de **R\$ 7.990,00 (sete mil, novecentos e noventa reais)**. Considerando tratar-se de serviço exclusivo, o valor foi obtido mediante consulta do preço praticado pelo fornecedor em outros órgãos/entidades da Administração Pública e após negociação, obtendo-se êxito na manutenção do preço atualmente praticado, sem qualquer acréscimo, conforme consta na proposta ([1014801](#)) e no formulário de informação conclusiva do valor estimado ([1014808](#)).

9.0. ADERÊNCIA ORÇAMENTÁRIA

9.1. A fonte orçamentária para o custeio da despesa está indicada no quadro adiante:

FONTE ORÇAMENTÁRIA			
Tipo de Orçamento	Item de despesa do planejamento orçamentário	Plano Interno	Previsão de execução orçamentária 2023
Ordinário	Assinatura anual de sistemas web da área de Licitações	ADM ASSINA	7.990,00
Total por exercício financeiro			7.990,00

10.0. FORMA DE SELEÇÃO

Considerando tratar-se de serviço que só pode ser prestado exclusivamente pela pessoa jurídica **EDITORA NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL, CNPJ 06.132.270/0001-32**, conforme comprovantes de exclusividade juntados aos autos nos eventos [1017193](#) e [1017195](#), entende-se que a contratação se dará por inexigibilidade de licitação, dada a inviabilidade de competição, a teor do art. 74, I e §1º, da Lei 14.133/21.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A empresa tomou ciência das regras atinentes à escolha e à contratação ([1019153](#)).

11.0. CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO

A habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista acha-se atendida, conforme se verifica no evento [1017671](#). No caso, aplica-se o disposto no art. 70, II, da Lei 14.133, tendo a documentação sido substituída por registro cadastral emitido pelo SICAF, órgão da Administração Pública Federal mantido pelo Ministério da Economia.

Quanto às habilitações econômica-financeira e técnica, entende-se desnecessária a exigência, visto que:

- a) A expressão "*será restrita a*", prevista nos arts. 67 e 69 da Lei 14.133/21, demonstra que o rol de habilitação técnica e econômica-financeira é um rol máximo, não sendo estabelecido pelo legislador um rol mínimo.
- b) Não havendo um rol mínimo e considerando a simplicidade do serviço em apenas disponibilizar o acesso ao sistema que já está em funcionamento, entende-se desnecessária e pouco produtiva a exigência da habilitação em questão.

12.0. CONTRATO

2.1. Vigência

12.1.1. O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar do vencimento do contrato atual, podendo ser prorrogada.

12.1.2. A Lei 14.133/21 estabelece, em seu art. 6º, XV, a definição de serviços contínuos, segundo a qual são aqueles serviços contratados pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas. Nesse contexto, a utilização de uma ferramenta que auxilie a Administração Pública na tomada de decisões na área de licitações e contratos, por meio de um sistema repleto de informações relativas ao tema, reunindo informações da jurisprudência, da doutrina e da prática administrativa, além de capacitações, periódicos e estudos, é permanente e prolongada, pois está diretamente relacionada ao dia a dia das atividades. Nesse ponto, há que se destacar:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- a) Permanente e prolongada é a necessidade de um sistema de suporte com informações especializadas e adequadamente tratadas para subsidiar atos administrativos, providências e tomadas de decisões;
- b) Contínuo é o serviço em questão, decorrente da necessidade permanente e prolongada acima.

12.1.3. Nos termos do art. 107 da Lei 14.133/21, o contrato poderá ser prorrogados sucessivamente, observando-se que:

- a) será observada a vigência máxima decenal;
- b) deve haver previsão no instrumento contratual;
- c) a cada revogação, a gestão do contrato atestará se as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado para a obtenção de condições mais vantajosas.
- d) se não verificada a manutenção da vantajosidade, o contrato poderá ser extinto sem ônus para qualquer das partes.

12.2. Reajuste contratual

12.2.1. O preço contratado será pago em parcela única no momento da disponibilização dos acessos. Assim sendo, não haverá reajuste de preços durante os 12 meses consecutivos.

12.2.2. A cada prorrogação contratual, se infrutífera a negociação prevista no item 15.1.3, "c", deste instrumento, os preços iniciais poderão ser serão reajustados mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

12.2.3. Poderá o contrato ser ajustado para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

12.2.4. Eventual pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato.

12.2.5. Constitui ônus da contratada a apresentação de documentação comprobatória dos fatos alegados ensejadores do reequilíbrio.

12.3. Formalização do contrato:

12.3.1. Como condição para assinatura do Contrato, a adjudicatária deverá apresentar situação de regularidade perante a Fazenda Federal, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Justiça do Trabalho. O TRE-RO procederá a consulta junto ao SICF, ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, ao O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e ao TCU.

12.3.2. A Administração deverá convocar, formalmente, a Adjudicatária para:

- a) Informar os dados de seu signatário e apresentar os documentos que comprovem que o mesmo é seu representante legal com poderes para assinar o instrumento contratual;
- b) Comprovar a compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

15.3.2.1. A convocação será feita por meio de correio eletrônico (e-mail) e apenas em função da total impossibilidade da utilização desse meio, far-se-á a convocação por via postal.

12.3.3. Após recebidos e verificada a conformidade da informação e dos documentos solicitados, a Administração, via e-mail, deverá disponibilizar à Adjudicatária um canal eletrônico de comunicação de dados (link) para que a mesma efetue seu cadastramento no Sistema Eletrônico de Informações – SEI do TRE-RO.

12.3.4. Após a Adjudicatária efetuar o seu cadastramento no SEI, a Administração, via e-mail, deverá disponibilizar àquela um canal eletrônico



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de comunicação de dados (link), contendo o inteiro teor do instrumento contratual, para que, eletronicamente, o assine.

12.3.5. A Adjudicatária deverá:

- a) Atender à convocação de que trata e efetuar seu cadastramento no Sistema Eletrônico de Informações – SEI do TRE-RO no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da data do recebimento do link;
- b) Assinar eletronicamente o instrumento contratual no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data do recebimento canal eletrônico de comunicação de dados (link), contendo o inteiro teor do instrumento.

12.3.6. Os serviços deverão ser prestados de acordo com as especificações e condições constantes neste Termo de Referência, na Carta-Contrato e na proposta da contratada, podendo ser recusados os serviços que estiverem em desacordo com esses instrumentos ou apresentem qualquer vício ou defeito que inviabilizem a utilização do objeto e contrariem o fim a que se destina a contratação.

12.4. Deveres da Contratada:

12.4.1. Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidas no instrumento contratual, neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da observância da legislação pertinente.

12.4.2. Liberar ao contratante os acessos ao sistema SOLLICITA, a partir do início da vigência para uso imediato.

12.4.3. Manter ininterruptamente o acesso ao sistema, comunicando com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, as interrupções para eventuais manutenções ou atualizações que se fizerem necessárias.

12.4.3.1. Eventuais paradas do sistema para manutenções ou atualizações não poderão ser superior a 48 (quarenta e oito) horas.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

12.4.4. Realizar o objeto do presente Projeto Básico nas condições, preços e prazos estabelecidos neste instrumento, na Carta-Contrato e na proposta da Contratada.

12.4.5. Aceitar, atendendo à conveniência e necessidades do contratante, acréscimos ou supressões do objeto da contratação em até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor total ou estimado do contrato, na forma do artigo 125 da Lei n. 14.133/2021;

12.4.6. Responder solicitações para elucidação de eventuais questões relacionadas à execução do contrato;

12.4.7. Comunicar ao gestor do contrato, por escrito, toda e qualquer anormalidade de caráter urgente que possa impossibilitar a execução do objeto do contrato e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

12.4.8. Arcar com todos os custos diretos e indiretos que incidam sobre a execução do objeto do contrato, tais como: as despesas relativas à execução dos serviços, impostos, taxas, encargos, mão de obra, materiais, equipamentos e todos os demais incidentes sobre a prestação dos serviços;

12.4.9. Garantir o mais rigoroso sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos e especificações que venham a ter acesso em razão dos serviços prestados, não podendo, sob qualquer pretexto, revelá-los, divulgá-los ou reproduzi-los sem prévio consentimento do contratante.

12.5. Deveres da contratante:

12.5.1. Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidas no instrumento contratual, neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da observância da legislação pertinente.

12.5.2. Proporcionar as facilidades indispensáveis à boa execução dos serviços.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

12.5.3. Reunir-se com a contratada, sempre que solicitado ou quando julgar necessário para definir detalhes ou esclarecer aspectos relacionados à execução de serviços;

12.5.4. Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotar em registro próprio as falhas detectadas e comunicar à contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas de parte desta;

12.5.5. Notificar a contratada para, no prazo máximo concedido, contados do recebimento da notificação, cumprir obrigações relacionadas aos aspectos em desacordo com as regras do contrato, alertando sobre as sanções que poderão ser aplicadas nas hipóteses de descumprimentos injustificados;

12.5.6. Rejeitar a execução dos serviços prestados em desacordo com as obrigações estabelecidas no contrato e fixar prazo para a correta execução;

12.5.7. Receber os serviços em caráter provisório e definitivo, após verificar a sua conformidade com o estabelecido neste termo de referência e no contrato, certificando as notas fiscais da entrega;

12.5.8. Realizar o pagamento dos bens entregues ou dos serviços prestados na forma estabelecida neste termo de referência e no contrato:

12.5.9. Exercer quaisquer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública.

12.6. Pagamento:

12.6.1. O pagamento será realizado em parcela única, mediante ordem bancária ou por OBPIX, por meio do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da nota



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

fiscal/fatura, após o recebimento definitivo dos bens ou dos serviços atestados pelo fiscal e autorizado pelo gestor do contrato, aplicadas as retenções legais, inclusive quanto à legislação municipal do imposto sobre serviços.

12.6.1.1. Para o pagamento por meio de OBPIX serão aceitas chaves PIX nos formatos CPF/CNPJ, email, número de celular ou chave aleatória.

12.6.1.2. Poderá ainda o pagamento via OBPIX utilizar apenas o domicílio bancário (banco, agência e nº de conta), desde que haja chave PIX cadastrada para o domicílio bancário, exigindo-se, contudo, que a contratada informe tratar-se de conta corrente ou conta poupança.

12.6.1.3. O pagamento via OBPIX não será realizado caso apresentado apenas imagem de QR-Code.

12.6.2. Além das demais obrigações aplicáveis aos pagamentos, disciplinadas neste termo de referência, na época do pagamento a contratada deverá demonstrar regularidade com os Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e obrigações trabalhistas, que pode ser feita por meio de consulta ao SICAF ou aos sítios oficiais. Também será consultada sua situação no Conselho Nacional de Justiça.

a) Em qualquer caso, na hipótese de comprovação de irregularidades impeditivas ao pagamento, a contratada deverá regularizar a situação em até 05 (cinco) dias. Enquanto correr o prazo, sem a apresentação da regularidade pendente, o pagamento ficará sobrestado.

b) extinto o prazo sem a devida comprovação de regularidade, a nota fiscal será enviada para pagamento com a retenção preventiva do valor relativo a possível aplicação de penalidade de multa.

12.6.3. Nenhum pagamento será realizado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira imposta à contratada em virtude de penalidades ou inadimplências sem que isso gere direito a reajustamento ou realinhamento de preços.

12.6.4. Pelos eventuais atrasos dos pagamentos, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$\frac{EM}{Na} = \frac{I}{100} \times \frac{N}{365} \times \frac{VP}{100}$$

qual: EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)/365}{100} \quad I = \frac{(6/100)/365}{100} \quad I = 0,00016438$$

12.6.4.1. A compensação financeira será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

13.0. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

A gestão e fiscalização do contrato ficará a cargo da Assessoria de Licitações e Contratações - ASLIC -, por meio do titular e, na ausência, por seu substituto ou quem as vezes fizer.

Cabe à gestão e fiscalização do contrato o recebimento do objeto, o pagamento, o gerenciamento dos acessos e todos os demais atos necessários ao adequado cumprimento dos termos pactuados.

A comunicação entre a gestão/fiscalização e a contratada dar-se-á por meios oficiais, documentado nos autos.

14.0. SANÇÕES APLICÁVEIS

14.1. Infrações e sanções gerais:

Na ocorrência das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/21, poderão ser aplicadas as sanções previstas no art. 156 da citada lei, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

14.2. Infrações e sanções específicas:

14.2.1. Advertência:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A contratada se sujeita à sanção de advertência no caso de eventual descumprimento dos deveres previstos no item 15.4, desde que não se constitua infração mais grave.

14.2.2. Multa

A proponente se sujeita-se à aplicação de multa, incidente sobre o valor total da proposta, nos seguintes termos:

- a) Descumprimento do prazo para assinatura do contrato ou para disponibilização dos acessos: multa de 1% ao dia, até o limite de dez dias.
- b) Recusa em assinar, injustificadamente, ou a não apresentação de situação regular no ato da assinatura do Termo de Contrato: multa de 10%, podendo cumular com o disposto no item 17.2.3, "a".
- c) Reincidência nos casos de condutas previstas no item 17.1: 1% a cada conduta reincidente.

14.2.3. Impedimento de licitar:

- a) Recusa em assinar o instrumento contratual, sem prejuízo do disposto no item 17.2.2.
- b) Não disponibilização dos acessos por mais de 10 dias.

14.3. Na aplicação do disposto nos itens 14.1 e 14.2, as infrações e sanções específicas prevalecem sobre as gerais.

15.0. ANEXOS

Constituem anexos deste Termo de Referência:

- I - Pesquisa de preços ([1014800](#));
- II - Proposta comercial ([1014801](#));
- III - Comprovação de exclusividade ([1017193](#) e [1017195](#));
- IV - Informação conclusiva do valor ([1014808](#));
- V - Habilitação ([1017671](#), [1017672](#) e [1017673](#));
- VI - Minuta do instrumento contratual ([1018238](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **ANDERCLEDSON**

REIS, Assessor(a), em 06/06/2023, às 14:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1019155** e o código CRC **1433A961**.